

# Especialistas têm cautela do impacto na arrecadação

Há entendimento da existência da repercussão provocada pela tragédia climática, mas a magnitude e extensão são incógnitas

FLAVIA BEMFICA

Diferenças entre projeções e históricos de recolhimento do ICMS, medidas como a prorrogação dos prazos de quitação e o jogo político inerente às tratativas entre governos fazem com que especialistas em finanças públicas adotem cautela na hora de mensurar o impacto da tragédia climática sobre a arrecadação do principal imposto do Estado.

No meio político, a avaliação corrente é a de que, nas negociações com a União, o discurso de queda expressiva na arrecadação ajuda governo e prefeituras a sustentarem o argumento de que precisam de mais recursos financeiros. Mas, por outro lado, também atrapalha. Porque interfere no nível de confiança sobre a saúde das contas e o cumprimento de metas fiscais, mesmo com flexibilizações. Há o entendimento unânime, e já comprovado, da repercussão nos números. Mas a magnitude e a extensão do impacto ainda estão em aberto, e economistas e tributaristas apontam como fundamental observar o que vai acontecer nos próximos meses.

Para esta semana é aguardada uma atualização dos dados referentes a abril e maio, já que está em vigor decisão do Confaz que autorizou a Receita estadual a prorrogar prazos para a quitação de guias de ICMS. Assim, a data limite para vencimentos entre 24 de abril e 31 de

**Economistas e tributaristas**

apontam como fundamental observar o que vai acontecer nos próximos meses.

maio passou a ser 28 de junho. Os de junho, o prazo é 31 de julho. E os de julho foram adiados para 30 de agosto. Os pagamentos podem ser feitos sem a incidência de juros e de multa.

“Mesmo com a prorrogação, uma parcela provavelmente pagou no vencimento normal. Mas, dito isso, o fato é que quando tivermos a arrecadação de junho fechada é que será possível uma estimativa bem mais precisa, porque ela abarcará os dois piores meses, que foram maio e junho. O que observo, até o momento, é que a situação pode ser, inclusive, melhor do que estava sendo esperado”, resume o advogado e consultor tributário Luiz Antônio Bins. Auditor fiscal de carreira, ele comandou a Secretaria da Fazenda no final do governo de José Ivo Sartori (MDB), após atuar como secretário-adjunto, e assegura que “em hipótese alguma” poderá ocorrer uma perda de R\$ 20 bilhões na arrecadação do ICMS, como chegou a ser aventado por setores do governo para um período de 12 meses. Bins considera altas estimativas sobre uma perda de R\$ 10 bi na arrecadação do imposto até o final do ano. “Podemos, grosso modo, considerar

a média da arrecadação do ICMS como em torno de R\$ 4 bi ao mês. Por isto, perder R\$ 10 bi é como ficar dois meses e meio sem recolher absolutamente nada. É como se, até dezembro, fôssemos registrar uma perda entre 20% e 25% da arrecadação do ano. Isto não é razoável”, aponta. Na avaliação do consultor, por enquanto, é bem mais factível trabalhar com a possibilidade de uma queda que se aproxime dos R\$ 5 bilhões em 2024.

O economista Gustavo de Moraes, professor da PUCRS, ressalva que, em relação à prorrogação de prazos para quitação do tributo, há a possibilidade de que parte dos contribuintes acabe por não efetuar os pagamentos mesmo com a dilatação, o que só poderá ser confirmado a partir desta segunda. Mas concorda que a cifra mais factível de queda na arrecadação do ICMS é a de um valor ligeiramente inferior a R\$ 5 bilhões. “Os números divulgados pelo Tesouro do Estado apontam uma diferença de quase R\$ 700 milhões entre o que o governo pretendia arrecadar em maio e o que teria arrecadado. A questão é que, mesmo que a estimativa se confirme, ela naturalmente não seguirá com esta intensidade porque, apesar do abalo significativo, o mês de maio foi o auge do desastre. Mesmo que o RS mantivesse um estado de economia letárgico nos próximos meses, é inimaginável pensar em uma queda constante com esta intensidade até o fim do ano.”

## Governo usa dados para pedidos à União

O governo do Estado vem divulgando uma série de projeções e dados de queda na arrecadação do ICMS em função do desastre climático, ao mesmo tempo em que intensifica a pressão sobre o governo federal para auxílio financeiro. A argumentação tem endosso da Famurs.

Em maio, o Executivo gaúcho chegou a solicitar à União auxílio de R\$ 20 bilhões, para repor perdas esperadas em receitas do ICMS nos 12 meses seguintes. Entre maio e junho, refez as contas. Primeiro, estimou perdas de R\$ 10 bi até dezembro. E, depois, entre R\$ 5 bi e R\$ 10 bi.

Na Assembleia, o governador apresentou números que projetam, para o período entre 1º de maio e 18 de junho, queda de R\$ 1,58 bilhão na arrecadação. Os dados, da Fazenda, se referem a uma diminuição estimada de R\$ 890 milhões entre 1º e 18 de junho (de R\$ 2,77 bi para R\$ 1,88 bi) e de R\$ 690 milhões entre 1º e 31 de maio (de 3,97 bi para R\$

3,28 bi).

As projeções, além de ainda não incluírem o fechamento de junho, comparam recolhimentos efetuados com expectativas, e não com o arrecadado de fato em períodos equivalentes do ano passado. Neste caso, os valores mudam. A arrecadação de ICMS de maio de 2024, que ainda pode sofrer variação, por exemplo, em valores nominais, foi de R\$ 458 milhões a menos do que a do mesmo mês de 2023. Quando o mês é junho, no ano passado o recolhimento foi de R\$ 3,68 bilhões. Até a sexta-feira, dia 28, quando ainda não havia entrado no sistema a arrecadação total do mês em 2024, o painel da Receita mostrava o recolhimento de R\$ 2,94 bilhões de ICMS (ou R\$ 740 milhões a menos).

Recentemente, o governo gaúcho também solicitou que a União estabeleça um seguro-receita, que compense o que deixar de ser arrecadado de ICMS pelo Estado e pelos municípios.

Mesmo neste caso, a definição de critérios depende do fechamento definitivo dos números. A insistência do Executivo estadual, porém, já colocou de volta o tributo no centro dos debates políticos, pouco tempo depois de as diferentes tentativas de elevação da alíquota do imposto serem rechaçadas.

Até o desastre climático, a trajetória da arrecadação foi um dos principais argumentos contra a tentativa de majoração. No primeiro trimestre de 2024 o Estado arrecadou R\$ 2,3 bilhões de ICMS a mais do que em igual período de 2023. O valor ultrapassou o crescimento projetado pelo próprio governo para o ano inteiro. O previsto na lei orçamentária era de que nos 12 meses de 2024 a arrecadação somasse R\$ 2,1 bilhões a mais do que a de 2023, alcançando um montante de R\$ 46,8 bi no ano. Entidades empresariais estimaram, porém, que ela pudesse alcançar e até mesmo ultrapassar os R\$ 50 bi.



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

## Marcha dos prefeitos gaúchos eleva pressão sobre a União

A semana será marcada pela marcha dos prefeitos à Brasília pela Reconstrução dos Municípios Gaúchos. A mobilização ocorrerá nesta terça e quarta-feira, na sede da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Segundo a Famurs, os 497 municípios gaúchos estarão representados, sendo que 300 prefeitos irão pessoalmente aos atos. Na pauta de reivindicações, a necessidade de auxílio da União para fazer frente à queda de arrecadação do ICMS. De acordo com estimativas do governador Eduardo Leite, o tombo na arrecadação pode chegar a R\$ 10 bilhões até o fim do ano. A pressão dos prefeitos gaúchos em relação ao governo federal irá fortalecer as cobranças de Leite sobre a necessidade da liberação de recursos para minimizar a queda nas receitas ordinárias do Estado e dos municípios. Em participação no Tá na Mesa da Federasul, na última semana, o presidente da Famurs, Marcelo Arruda, afirmou que os ânimos que vieram até agora ajudam, mas não são suficientes e alertou para o risco de colapso na máquina pública. Apesar dos apelos, até agora, não há sinalização otimista da União relativa à compensação nas perdas de arrecadação. Recentemente questionado pela coluna sobre o tema, o ministro extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, afirmou que as demandas são muitas e que é necessário estabelecer hierarquias. Em função da marcha, para permitir a participação dos deputados, a Assembleia suspendeu a sessão plenária e os trabalhos nas comissões.

## O curinga de Melo

No comando da Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos de Porto Alegre, Cezar Schirmer irá coordenar a campanha do prefeito Sebastião Melo (MDB) à reeleição. Schirmer é o homem de confiança de Melo e atuou como coordenador da transição quando Melo ganhou a eleição de 2020 ao Paço Municipal.

## PSDB focado em Pelotas

Focado em manter seu principal reduto no Rio Grande do Sul, o PSDB intensificou a mobilização nos últimos dias em Pelotas, terra do governador Eduardo Leite, onde Fernando Estima tentará suceder a prefeita e presidente estadual tuca, Paula Mascarenhas. Estreante nas urnas, Estima ingressou na vida pública há 12 anos, pelas mãos de Leite, de quem foi secretário de Desenvolvimento. Estima está visitando comunidades para colher sugestões que irão auxiliar na elaboração do plano de governo. Em tempo: em Porto Alegre, o PSDB de Leite engatinha e ainda não tem um candidato para chamar de seu. O tema foi pauta de reuniões recentes, mas ainda sem avanços.

## Combate a candidaturas laranja

Será instalado nesta segunda-feira, às 17h, no Tribunal Regional Eleitoral do Estado, o comitê que combaterá as fraudes de cotas de gênero dentro da Justiça Eleitoral. Segundo o presidente da Corte, desembargador Voltaire de Lima Moraes, o Rio Grande do Sul não possui um elevado número de casos de fraudes nas cotas de gênero, mas episódios isolados, que precisam ser combatidos. Outra iniciativa será a realização de reuniões com dirigentes partidários, candidatos e outros grupos sociais para conscientizar sobre a importância efetiva das candidaturas femininas. O ato será transmitido pelo Canal do TRE-RS no YouTube.

## APARTES

■ **Líder do governo e relator da LDO, Frederico Antunes definirá com os integrantes da Comissão de Finanças se a votação do parecer ocorrerá nesta quinta-feira, no formato híbrido ou se ficará para o dia 11. Neste caso, a análise em plenário ficará para o dia 16, última data de votação antes do recesso. Além de três emendas acatadas, será apresentada mais uma de comissão.**

■ Uma campanha está mobilizando servidores, membros e procuradores de tribunais de contas de todo o país com o objetivo de arrecadar material escolar para estudantes gaúchos afetados pelas enchentes. A meta é entregar kits completos, com mochilas, cadernos, estojos, lápis e acessórios para alunos das redes públicas. A coordenação é do conselho do TCE-RS, Cezar Miola, em nome da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Interessados podem contribuir com qualquer valor para o Pix educacaopararecomecar@atrimon.org.br.